**APOSENTADORIA OU REFORMA FUNDADA NO ART. 177
DA CONSTITUIÇÃO — APRECIÇÃO DE SUA CONVE-
NIÊNCIA OU OPORTUNIDADE PELO PODER JUDI-
CIÁRIO — APLICAÇÃO DAS LEIS CONSTITUCIONAIS**

— O reformado ou aposentado pelo art. 177 da Constituição não pode pretender a revisão do ato do govêrno do ponto de vista da conveniência ou da oportunidade da medida adotada, ainda que injusta.

— Interpretação do art. 177 da Constituição c/c Lei Constitucional n.º 2.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Raimundo Costa da Silva Santos *versus* União Federal

Agravo de Petição n.º 12.210 — Relator: Sr. Ministro

CASTRO NUNES

ACÓRDÃO

Vistos, etc. Acorda o Supremo Tribunal Federal, pelos ministros componentes da 1.ª Turma, de acôrdo com os votos proferidos e constantes das notas taquigráficas, em negar provimento ao recurso, unânimemente.

Supremo Tribunal Federal, 28 de maio de 1945. — *Laudo de Camargo*, Presidente. — *Castro Nunes*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Castro Nunes — O A., Capitão Médico do Exército, tendo sido demitido em 1926, propôs ação para ser reintegrado, obtendo decisão favorável, que foi cumprida, voltando êle ao serviço do Exército. Entendeu, porém, o Govêrno, em maio de 1939, que não era conveniente a sua permanência, na ativa, não só por efeito do seu longo afastamento, como porque iria prejudicar a promoção de colegas do mesmo quadro. E o reformou compulsoriamente por êsses motivos declarados, com fundamento no art. 177 da Carta Política de 10 de novembro de 1937 e Lei Constitucional n.º 2.

Informado, propôs êle ação para anular o ato de sua reforma, contestando os motivos que a informaram, estando o seu pedido formulado nos seguintes termos:

“A fim de ser o suplicante reintegrado no serviço ativo, no pôsto que lhe venha a corresponder na época de sua reintegração, com tôdas as vantagens e prerrogativas, inclusive ser reconhecido o seu direito ao *recebimento da diferença de vencimentos* entre os que vem recebendo desde a data de sua reforma e os correspondentes ao serviço ativo do Corpo médico do Exército, até à data de sua efetiva reintegração...”

Foi julgado carecedor de ação, por isso que, nos têrmos do art. 177 da Carta de 10 de novembro, é da *exclusiva* apreciação do Govêrno a *conveniência* do afastamento do servidor, seja militar, seja civil, não podendo o Judiciário reexaminar os motivos em que se tenha fundado o ato governa-

mental, decisão que se encontra a fls. 65 e seguintes, e da qual agravou o A., opinando a Procuradoria Geral pela confirmação.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Castro Nunes (Relator) — À parte a questão de saber se o recurso seria o interposto ou o de apelação, parecendo-me, ainda uma vez, que a carência da ação, por motivo do exercício vedado da jurisdição, é matéria prejudicial do mérito, que leva ao agravo — está certa a decisão quando declarou insuscetível de exame judicial a motivação do ato do afastamento fundado nos dispositivos constitucionais invocados. O reformado ou aposentado pelo art. 177 não pode pretender a revisão do ato do Governo do ponto de vista da conveniência ou oportunidade da medida adotada, ainda que injusta. E assim já me manifestei, em votos proferidos e no meu livro sôbre o Poder Judiciário.

Mas, na interpretação daquele preceito constitucional havia outra questão, a de saber se os vencimentos seriam integrais ou proporcionais ao tempo do serviço, aspecto focalizado no caso dos juizes atingidos e que encontraria espaço no tocante aos militares com base nos direitos decorrentes da patente e assegurados constitucionalmente em tôda a sua plenitude.

Esse aspecto é do âmbito dos tribunais, e assim me manifestei, ainda que admitindo a proporcionalidade, entendimento não sufragado pela maioria dêste Supremo Tribunal, que, em se tratando de magistrados, lhes attribua a remuneração integral.

Sobreveio, porém, a interpretação oficial por via da nova emenda constitucional, e alcançando os atos pendentes, do que resulta que, já hoje, a proporcionalidade está admitida por texto aditado à Constituição.

O pedido do A. comportaria exame no tocante a êsse aspecto, que nêle se contém, porquanto é pedida a diferença entre vencimentos correspondentes aos 15 anos de serviço na ativa e aos a que teria direito se na ativa estivesse ainda. Esse ponto do pedido poderia, como disse, ser examinado, mas teria de ser julgado improcedente, com base na Lei Constitucional, interpretativa, que sobreveio aos julgados do Supremo Tribunal.

Eis porque seria inútil prover em parte ao agravo para êsse só efeito. E, assim, nego-lhe provimento.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Negaram provimento, unânimemente.

*

* *

SENTENÇA AGRAVADA

Vistos êstes autos:

O doutor Raimundo Costa da Silva Santos, capitão-médico, reformado, do quadro do serviço de saúde do Exército, propôs a presente ação para anular o decreto do Senhor Presidente da República, de 5 de maio de 1939, publicado no *Diário Oficial* de 12 do referido mês (fls. 12), pelo qual foi reformado, naquele posto, "no interesse do serviço público, na conformidade do art. 177 da Constituição, revigorado pela Lei Constitucional n.º 2, de 16 de maio de 1938". Pretende o A., assim, ser "reintegrado no serviço ativo, no posto que lhe venha a corresponder na época de sua reintegração, com tôdas as vantagens e prerrogativas, inclusive ser reconhecido o seu direito ao recebimento da diferença de vencimentos entre os que vem recebendo desde a data de sua reforma e os corres-

pondentes ao serviço ativo do corpo médico do Exército até a data de sua efetiva reintegração, sendo ainda mais a União Federal condenada nos juros, nos honorários de advogado e nas custas" (fls. 2).

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 8 a 43.

Feita a citação, a União Federal contestou às fls. 55 a 59.

Isto pôsto:

Despachando sobre a inicial, disse o doutor Juiz Substituto, Dr. Elmano Cruz, então em exercício:

"A leitura da inicial, procedida em Juízo, ao despachar o expediente normal do Cartório, trouxe-me certa perplexidade, frente ao pedido formulado: anulação de reforma praticada de acordo com o art. 177 da Constituição de 1937, revigorado pela Lei Constitucional n.º 2.

Verifico, porém, que não me é lícito indeferir *in limine* o petitório do autor, subtraindo-me, assim, ao exame do pedido em ocasião própria, ou seja na altura do despacho saneador, no qual se observara o que a respeito dispõe o art. 294, n.º III, do Código do Processo Civil, com a redação que lhe deu o Decreto-lei n.º 4.565, de 11-8-42.

O pedido, embora aparentemente inapreciável pelo Judiciário, por se tratar do exame de um aspecto político de ato do Governo praticado de conformidade com o seu art. 177, não é de ser rejeitado desde logo, pois se ensinará ao julgador oportunidade própria para admiti-lo ou repeli-lo, *sans bruler etapas* da lei processual.

Na altura do despacho saneador, a questão será examinada frente aos dispositivos constitucionais pertinentes, apreciando-se no seu aspecto formal o ato do Governo, tendo em vista as determinações dos arts. 13, 180 e 177 da Constituição, dando-lhes o julgador a interpretação que merecerem" (fls. 45).

O A. foi reformado com apoio no art. 177 da Constituição de 10 de novembro, revigorado pela Lei Constitucional n.º 2, de 10 de maio de 1938.

Ora, a Lei Constitucional n.º 2 restabeleceu, "por tempo indeterminado, a faculdade constante do art. 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937". E tal faculdade está assim atribuída:

"Dentro do prazo de 60 dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados, ou reformados, de acordo com a legislação em vigor, os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público, ou conveniência do regime".

O decreto de reforma do A. é de 5 de maio de 1939.

Estando em vigor a Constituição de 1937, e sendo o ato impugnado daqueles cuja prática essa Constituição permite "a juízo exclusivo do Governo", ocorre, a este Juízo, o dever hierárquico de auscultar a orientação do egrégio Supremo Tribunal Federal quanto ao art. 177 da Constituição e a Lei Constitucional n.º 2.

E este Juízo não conhece decisão do mencionado Tribunal no tocante à extensão do art. 177 da Constituição de 1937, na atribuição, de natureza política, que conferiu, ao Governo, de aposentar, em geral. Do texto ressalta, entretanto, que a *exclusividade* do juízo do Governo afasta a possibilidade da revisão dos atos do Executivo: é matéria política, cujo conhecimento é vedado ao Judiciário (Constituição, art. 94).

A aposentadoria do suplicante, entretanto, foi feita já na vigência da Lei Constitucional n.º 2. Invocando, no despacho transcrito, os arts. 13 e 180 da Constituição, teria, o Dr. Juiz Substituto, pretendido significar suas reservas sobre a competência do Governo para baixar leis constitucionais.

Tratando-se, entretanto, de matéria de ordem constitucional, já não cabe, ao Juízo, examiná-la, porque há, a respeito, pronunciamento do Supremo Tribunal.

Realmente, o egrégio Tribunal tem aplicado as leis constitucionais, sem vacilação — o que importa em se tornar defeso, aos juizes inferiores, mesmo a simples exposição de suas dúvidas.

O caso mais expressivo daquelas aplicações se verificou por ocasião do julgamento dos embargos opostos ao acórdão proferido no recurso extraordinário n.º 4.939, de Mato Grosso. Empatada a votação, cabia ao Sr. Ministro Presidente se pronunciar. Sua Excelência pediu vista e adiou para a sessão seguinte a decisão. E enquanto os autos estavam com vista a Sua Excelência, o Governo baixou a Lei Constitucional n.º 8, de 12-10-42, dirimindo a dúvida que dividira o Tribunal. E o Sr. Ministro Eduardo Espínola assim se pronunciou: "O ponto principal da divergência consiste na interpretação do art. 177 da Constituição de 1937 e da Lei Constitucional de 16 de maio de 1938, no tocante ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados, assegurada como uma das garantias fundamentais do regime.

Acaba de ser assinada uma lei constitucional, da qual consta que o Senhor Presidente da República, considerando as divergências que têm surgido em torno do assunto, esclarece o pensamento dos dispositivos constitucionais nestes termos: "Os juizes postos em disponibilidade ou aposentados, na forma dos arts. 182 e 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937 e da Lei Constitucional n.º 2, de 16 de maio de 1938, perceberão vencimentos proporcionais, a partir do ato de disponibilidade ou aposentadoria, salvo se contarem mais de 30 anos de serviço".

Perderam tôda a oportunidade quaisquer considerações ou argumentos, com que me propusesse a fundamentar o meu voto de desempate.

Tendo em vista a nova lei constitucional, a solução que se impõe, sem mais comentários, é o recebimento dos embargos, para que prevaleça a interpretação que ela atribui ao art. 177 da Constituição de 1937.

Assim, em face da lei constitucional n.º 8, de 12 de outubro de 1942, profiro o meu voto, recebendo os embargos". (*Arquivo Judiciário*, vol. 67, pág. 158).

Conclui-se, diante do exposto, que o aspecto ventilado, isto é, a legitimidade das leis constitucionais baixadas na vigência da Constituição de 1937, já não pode ser examinado pela Justiça de primeira instância. Trata-se de matéria constitucional, e, em tal matéria, já o dissemos: "A inconstitucionalidade da lei só deve ser decretada pelo juiz, quando evidente, irretorquível, sem possibilidade de outra decisão na espécie, caso de dúvida sobre essa inconstitucionalidade, impõe-se a presunção de que o legislador teria observado os preceitos da Constituição (acs. do S.T.F., in *Arq. Jud.*, vol. 6, pág. 458, e vol. 9, pág. 4). "A inconstitucionalidade só deve ser decretada quando clara, evidente; ora, tôda a presunção de clareza desaparece desde que a discussão se acirra e se dividem quase a meio os votos" (C. Maximiliano, op. cit., pág. 121)". (Sentença proferida na ação ordinária intentada pelo Dr. José Viriato Sabóia de Medeiros).

Legítimo, assim, o ato pelo qual foi o A. reformado e não podendo o Judiciário apreciá-lo em seu merecimento, evidente é que se impõe o trancamento da ação, nesta altura do desenvolvimento processual, segundo o art. 294, alínea III, do Cód. de Processo Civil, conforme a redação constante do art. 22 do Decreto-lei n.º 4.565, de 11-8-42.

Assim, julgo o A. carecedor da ação e o condeno nas custas. P.R.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1945. — José Tomás da Cunha e Vasconcelos Filho,
Juiz da 3.ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.